

## ENUNCIADOS SOBRE SURDEZ EM PORTAIS VIRTUAIS INFORMATIVOS BRASILEIROS

*STATEMENTS ABOUT DEAFNESS IN BRAZILIAN INFORMATIVE VIRTUAL PORTALS*

*ENUNCIADOS SOBRE SORDERA EN PORTALES VIRTUALES INFORMATIVOS BRASILEÑOS*

PEREIRA, Indiamaris<sup>1</sup> 

SEHNEM, Paulo Roberto<sup>2</sup> 

MANSKE, George Saliba<sup>3</sup> 

### RESUMO

O presente estudo objetivou problematizar marcas textuais da metanarrativa fonocêntrica que podem difundir e perpetuar sentidos colonialmente construídos sobre surdez nos discursos públicos nacionais. Utilizou-se o arcabouço teórico metodológico da Análise Crítica do Discurso (ACD) para análise. Evidenciou-se que os sujeitos surdos não foram trazidos à superfície textual, pois houve negligência para o que os próprios surdos pensam ou dizem de si e ocorreu suavização do descaso cometido com tais sujeitos. O efeito de sentido produzido nessas manchetes revela que são os ouvintes que estão autorizados a narrar surdez e com isso evidencia a permanência da prática metanarrativa nos discursos sobre surdez.

**Palavras-chave:** Surdez. Discurso. Estudos Culturais. Mídia.

### ABSTRACT

The present study aimed to problematize textual marks of phonocentric metanarrative that can diffuse and perpetuate colonially constructed meanings about deafness in national public discourses. The methodological theoretical framework of Critical Discourse Analysis (CDA) was used. It was evident that the deaf subjects were not brought to the textual surface and neglect of what the deaf themselves think or say about themselves and softening the neglect committed with such subjects. The effect of meaning produced in these headlines reveals that it is the listeners who are allowed to narrate deafness and thus evidences the permanence of metanarrative practice in the deafness discourses.

**Keywords:** Deaf. Discourse. Cultural Studies. Media.

### RESUMEN

El presente estudio tuvo como objetivo problematizar las marcas textuales de la metanarrativa fonocéntrica que pueden difundir y perpetuar los significados construidos colonialmente sobre la sordera en los discursos públicos nacionales. Se utilizó el marco teórico metodológico del Análisis Crítico del Discurso (ACD). Era evidente que los sujetos sordos no fueron llevados a la superficie textual y descuidaron lo que los sordos mismos piensan o dicen acerca de sí mismos y suavizaron el descuido cometido con tales sujetos. El efecto del significado producido en estos titulares revela que son los oyentes a quienes se les permite narrar la sordera y, por lo tanto, evidencia la permanencia de la práctica metanarrativa en los discursos de sordera.

**Palabras clave:** Sordo. Discurso. Estudios culturales. Medios de Comunicación.

### INTRODUÇÃO

<sup>1</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IFSC – Palhoça– SC – Brasil. Responsável por: criar a idéia que originou o trabalho, elaborar hipóteses, estruturar o método de trabalho, coordenar o grupo que realizou o trabalho e redação do manuscrito.

<sup>2</sup> Lupa Assessoria – LUPA – Joinville– SC – Brasil. Responsável por: rever a literatura, apresentar sugestões importantes incorporadas ao trabalho e orientar a redação do manuscrito.

<sup>3</sup> Universidade de Vale do Itajaí- UNIVALI- Itajaí- SC. Responsável por: apresentar sugestões importantes incorporadas ao trabalho, identificar e resolver problemas fundamentais do trabalho.

Língua Brasileira de Sinais (Libras) e Surdez estão na moda. A visibilidade que começou a ser produzida pelas manifestações políticas das comunidades surdas, principalmente no campo educacional, aos termos de Bourdieu (2017), se alastrou por inúmeros campos sociais na atualidade. No meio acadêmico-científico, o antigo discurso clínico-assistencialista vem sendo contraposto por reflexões cada vez mais complexas que suspendem, invertem e subvertem o lugar social e cultural historicamente destinado à surdez e à Libras (LOPES, 2017).

A história de sofrimento e negação a qual o povo surdo foi submetido tem substituído a metanarrativa que descrevia a surdez e o povo surdo como uma descoberta dos ouvintes e da medicina. Uma nova história da surdez começou a ser narrada por meio de estudos culturalmente orientados: a história cultural dos surdos (PERLIN; STROBEL, 2014).

No campo das políticas públicas, essa visibilidade é evidenciada e retroalimentada pelas legislações que tratam dos direitos das pessoas surdas. A obrigatoriedade da disciplina de Libras em todos os cursos de formação profissional das áreas da Educação e de Fonoaudiologia, instituída pela lei 10.436 de 24 de abril de 2002, ampliou e intensificou a disseminação de novos saberes, com ênfase culturalista, sobre a surdez (BRASIL, 2002).

Nos espaços midiáticos, a inserção dos intérpretes nos diversos acontecimentos televisivos, bem como a produção de materiais abordando, direta ou indiretamente, temáticas relacionadas à surdez, destinados a todas as idades, corroboram com tal assertiva. As polêmicas geradas em torno da inclusão do tema surdez na prova do Enem, em 2017, as denúncias sobre a qualidade dos materiais traduzidos para Libras em campanhas eleitorais brasileiras diversas, o discurso da primeira dama em Libras na cerimônia de posse presidencial e, até mesmo, novos filmes e seriados cujos protagonistas são pessoas surdas, são acontecimentos que atravessam a existência pós-moderna. São esses atravessamentos híbridos e complexos que fazem os novos discursos e as novas formas de produzir discursos sobre surdez no espaço social emergirem.

No contexto desses novos discursos, temos a conceituação de cultura surda, construída e defendida na/pela comunidade surda como um jeito surdo de produzir sua existência em um mundo que ainda lhe é inóspito em muitos aspectos. Estudiosos de vários campos passaram a operar com essa noção de cultura para problematizar a constituição da identidade e da alteridade surda. Atualmente, uma emergente epistemologia surda é anunciada. A epistemologia surda se apoia nos testemunhos, experiências e relatos pessoais dos surdos para documentar o conhecimento que essas pessoas produzem e adquirem ao crescer em uma sociedade que depende principalmente da audição para navegar pela vida (KUSTER; DE MEULDER; O'BRIEN, 2017; KUSTERS, 2017).

Se o grau de popularidade que vem sendo conquistado em torno da temática Surdez/Libras tem sido eficiente em deslocar as discussões acadêmicas, que outrora foram baseadas em concepções clínicas, para novas perspectivas de cunho antropológico, não o faz sem alguns efeitos colaterais. Em discussões interdisciplinares recentes desenvolvidas nos grupos de pesquisas<sup>4</sup>,

---

<sup>4</sup> Espelho dos grupos: <<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/342230>> e <<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/7685>>

vinculados ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), ao qual participamos, temos observado que temas que entram na moda podem se tornar perigosos pela banalidade com que podem ser tratados.

O perigo pode estar na difusão sorrateira, e por vezes não intencional, de discursos homogeneizantes e caricatos em tom de verdade. Para esclarecer tal assertiva, tomamos emprestado uma reflexão publicada pelo grupo de pesquisa, de São Paulo, Cidadania na Escola e no Trabalho sobre as verdades que nos têm sido contadas e têm "tranquilizado nossas mentes, fechado nossos olhos e embaralhado nossas conclusões a tal ponto de nem desconfiarmos que, alguma delas, não passam de mentiras bem contadas, tão bem contadas que nós mesmos as multiplicamos pela vida afora" (DE SORDI; MAGALHÃES; SAMPAIO, 1996, p.392).

Exemplificando os perigos que corremos em relação às mentiras que parecem verdade, podemos citar o impacto do fenômeno atual apelidado de *fake news* (do inglês notícias falsas) que tem sido alvo de estudos de múltiplas disciplinas. Nesse mesmo contexto, emerge a palavra eleita pelo Dicionário de Oxford como palavra do ano de 2016: pós-verdade; descrita como aquele *status* em que fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que emoções e crenças pessoais (DELMAZO; VALENTE, 2018).

Pós verdade e *fake news* são práticas discursivas intencionalmente produzidas que tem se destacado no debate público e marcam o momento histórico textual contemporâneo. Textos são objetos simbólicos de sua época; se tratam de artefatos culturais que carregam vestígios da significação construída, historicamente, em âmbito de interdiscurso, na intersecção da ideologia com a língua. São, portanto, artefatos políticos.

O jornalismo contemporâneo pode influenciar o processo de transformação das mentiras, ou quase verdades, em fatos socialmente aceitos (CASTILHO, 2016). Nessa esteira do pensar, confiamos que, independente das finalidades, as meias/quase verdades difundidas pela mídia repercutem na difusão do conhecimento e na representação socialmente construída sobre sujeitos e fatos.

Nesse estudo, o nosso ponto de interesse esteve na proliferação discursiva que se refere à surdez nos canais midiáticos brasileiros de portais virtuais informativos. Sustentamos a tese de que os discursos midiáticos nacionais sobre surdez ainda retêm marcas textuais da metanarrativa fonocêntrica que podem difundir e perpetuar sentidos colonialmente construídos sobre surdez.

Elencamos como objetivo geral problematizar as marcas textuais da metanarrativa fonocêntrica que podem difundir e perpetuar sentidos colonialmente construídos sobre surdez nos discursos midiáticos nacionais; para tanto, perseguimos os objetivos específicos de identificar e descrever as marcas textuais da metanarrativa fonocêntrica em manchetes de portais virtuais brasileiros e circunscrever as formações discursivas de que estes discursos derivam.

As possibilidades de aplicação dos resultados da pesquisa centram-se em problematizar o conteúdo de manchetes de portais virtuais informativos de amplo alcance. Dessarte, a contribuição que outorgamos está na qualificação discurso público sobre surdez e pode ser generalizada para abranger o tratamento dos vários grupos culturais brasileiros na mídia e nos canais oficiais.

Após essa introdução, o estudo está organizado em seis seções, nas três primeiras apresentamos as perspectivas teóricas que sustentam o estudo, quais sejam: Análise do Crítica do

Discurso e ideologia, modos de operação da ideologia e discursos sobre surdez. Logo após, descrevemos o método empregado e, em seguida, apresentamos a análise dos títulos e dos textos das manchetes. Por fim, são tecidas algumas considerações a respeito dos resultados da pesquisa.

## ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO E IDEOLOGIA

Traduzido para o português como Análise Crítica de Discurso (ACD), o termo *Critical Discourse Analysis* foi utilizado em 1985 por Norman Fairclough no *Journal of Pragmatics* e se tornou linha de pesquisa após a publicação da revista *Discourse and Society*, por Van Dijk, em 1990 (FAIRCLOUGH, 2001). Analisar discurso é uma atividade de pesquisa que pode ser desenvolvida com base em diferentes perspectivas teóricas. No presente estudo, utilizaremos o arcabouço teórico metodológico da ACD, porque queremos entender o sentido do texto dentro do seu contexto social, ou seja, no nível da prática discursiva.

Compreendemos que a produção de um texto não se restringe à seleção e agrupamento de signos e sintagmas organizados gramaticalmente. Um texto contém um discurso que não acontece no vazio, portanto está imerso em ideologias que o permeiam. Sobre a ideologia, Thompson (1995,) cita que essa pode ser necessária tanto para manter os grupos submissos, na luta contra a ordem social, como para os grupos dominantes, na sua defesa do *status quo*. Nessa perspectiva, é possível perceber que a língua é um elemento integrante do processo social.

A ACD é a análise das relações dialéticas entre discurso e elementos das práticas sociais. Logo, para análise que aqui tecemos, o que interessa não é a língua, o texto ou a fala, mas a existência material do discurso exterior à língua, que encontra-se no campo social. O termo discurso será compreendido como:

o uso da linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. Isso tem várias implicações. Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 90).

O discurso se trata de importante elemento presente em todas as dimensões sociais e, de forma direta e indireta, constitui, molda e restringe as relações, as identidades, as normas e as convenções sociais. Por esse ângulo, entendemos que a ideologia opera com a maneira pela qual os discursos são mobilizados na esfera social e como são usados a serviço do estabelecimento e da sustentação das relações de poder. Temos em mente que a produção e a distribuição de textos implicam em uma ação na sociedade, pois segundo Fairclough (2001, p. 91) o discurso é, “[...] uma prática, não apenas de representação de mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado”.

É com esses entendimentos que nos debruçamos para identificar as marcas textuais nas manchetes e circunscrever as formações discursivas de que esses discursos derivam. A escolha pela ACD se justifica, também, pelo fato dessa ser composta por teorias heterogêneas e tal afirmação se explicita nas diferentes perspectivas das pesquisas de cada analista. Os principais pontos em comum

entre tais pesquisas são a multidisciplinaridade, a preocupação social, o posicionamento político favorável ao grupo social em desvantagem e a divulgação dos resultados de pesquisa como forma de alerta das práticas de abuso de poder (GUIMARÃES, 2012).

## **MODOS DE OPERAÇÃO DA IDEOLOGIA**

Analizamos os excertos dos discursos midiáticos selecionados com base, também, nas teorizações de Thompson (1995) acerca do que é ideologia e de quais são os seus modos de operação. Em seus estudos, ele assinala que a mobilização dos sentidos e das formas simbólicas tem o papel de criar e manter as relações interpessoais e as relações entre grupos e, com isso, modelam a realidade social. Embora não sejam os únicos modos pelos quais a ideologia pode ser mobilizada, são distinguidos cinco modos gerais por meio dos quais a ideologia pode operar.

No primeiro modo, legitimação, ocorre a representação das relações de dominação como justas e dignas. A legitimação é processada de três maneiras: racionalização, universalização e narrativização. Na racionalização há a produção de formas simbólicas que constroem uma linha de pensamento visando defender ou justificar as relações de desigualdades. Já a universalização apresenta como universais os interesses de alguns indivíduos; por sua vez, a narrativização se apropria da história como parte de uma tradição eterna e aceitável.

No segundo modo, dissimulação, tem-se a ocultação/negação das relações de dominação. Três estratégias explicitam a forma como a dissimulação pode ocorrer: deslocamento, eufemização e tropo. No deslocamento se percebe a apropriação de um termo, comumente utilizado para se referir a um objeto ou pessoa, ser empregado para se referir a um outro objeto ou pessoa. Já a atribuição de conotações positivas às ações, instituições ou relações sociais caracterizam a eufemização. O uso figurativo da linguagem configura a estratégia denominada tropo.

A unificação, terceiro modo, representa a construção de uma identidade coletiva, ou seja, uma unidade que interliga os indivíduos independentemente das divisões e diferenças que os separam. Enquanto isso, o quarto modo, fragmentação, refere-se ao oposto da unificação e se trata da segmentação de indivíduos e/ou grupos que compõem grupos que se apresentam como ameaçadores ao poder dominante.

Por fim, o quinto modo, reificação, se apresenta pela retratação da atemporalidade de fatos históricos. Essa estratégia pode ser expressa por meio das estratégias da naturalização (tratar algo que é uma criação social e histórica como natural), da eternalização (apresentar fenômenos sociais e históricos como fenômenos imutáveis, recorrentes e permanentes) e do uso de recursos gramaticais e sintáticos, tais como; a nominalização (transformação de sentenças nas quais se descreve uma ação e participantes envolvidos) e a passivização (os verbos da voz ativa são transpostos para a voz passiva um apagando o sujeito que praticou a ação).

Tais modos permitem identificar que tipo de estratégias são usadas por quem detém o privilégio de produzi-las. Consideramos esses modos como instrumentos de análise para identificar e descrever as marcas textuais da metanarrativa fonocêntrica nas manchetes dos portais virtuais brasileiros aqui analisados.

## DISCURSOS SOBRE SURDEZ

A história do povo surdo está intimamente relacionada com a história da educação voltada a esse público. Sabemos que os acontecimentos não ocorreram de forma linear, no entanto, apresentaremos os principais discursos sobre surdez em distribuição temporal para demarcar os efeitos dos discursos sobre surdez ao longo do tempo e para contextualizar as condições de possibilidade da existência dos discursos atuais de cunho culturalista.

Os registros históricos sobre os surdos têm registrado os nomes de professores ouvintes, como do francês Abade de l'Epeé (1712-1789), e do espanhol Juan Pablo Bonet (1579 – 1629), em detrimento aos nomes de professores surdos, como do francês Etienne de Fay (1669 – 1747?), e do inglês John Wallis (1616 – 1703) (CAMPELO, 2007). Melhor dizendo, é possível verificar no século XIV o destaque para a figura do primeiro professor surdo, Etienne de Fay, denominado também de Velho Homem Surdo Mudo, que produziu um modelo pedagógico no qual usava a língua de sinais como instrução. Trata-se de um dos registros de existência surda, no Ocidente, em um período em que a oralidade imperava, ou seja, mesmo com a existência do sujeito surdo atuante e produtor de sua cultura, os discursos eram orientados à normalização do surdo e vigorava o ponto de vista clínico cuja meta era a de cura do órgão defeituoso (TRUFFAUT, 1993).

A perspectiva que embasava o discurso clínico dominou por mais de 200 anos e ainda tem influência nos dias atuais, uma vez que os grupos dominantes têm controle da produção, articulação, distribuição e da influência sobre o que é considerado verdade (VAN DIJK, 2015). Tal perspectiva discursiva teve como consequência a legitimação de repulsivas intervenções médicas, como as executadas pelos médicos responsáveis do Instituto Nacional de Surdos-Mudos de Paris (LANE, 1992). Sendo o discurso um dos meios pelo qual grupos dominantes podem exercer seu poder, percebe-se que, de fato, ao explorarmos o contexto de instauração da perspectiva clínica, quanto mais poderoso é um grupo, nesse caso os ouvintes, mais acesso têm seus membros a oportunidades de discurso que moldam o mundo social.

O discurso clínico manifesto, que acenava para a necessidade de normalizar e padronizar esses sujeitos, visando adequá-los ao paradigma social imposto, impactou na forma como os surdos eram percebidos na sociedade e nos espaços sociais em que lhes eram autorizados apresentar-se. No campo educacional, tais narrativas fizeram com que a preocupação central da formação dos sujeitos surdos estivesse pautada em adequá-los ao meio social, por meio do treinamento da voz e da leitura labial, obrigatoriedade da aprendizagem do sistema escrito da língua oral auditiva majoritária e, posteriormente, na proibição do uso das línguas de sinais (LANE, 1992). Com isso, apreendemos como a metanarrativa ouvinte tem influenciado diretamente a vida dos sujeitos surdos.

O direito dos surdos de narrarem discursos sobre si mesmos é fruto da resistência do povo surdo, de batalhas políticas e grandes mobilizações. O empenho dos sujeitos surdos em construir e arranjar-se política e socialmente repercutiu na produção e disseminação de um novo discurso sobre surdez que se distancia do estigma da incapacidade (PERLIN; STROBEL, 2014; BOTELHO, 2016).

A legitimação das demandas surdas por autores/professores/pesquisadores do campo científico possibilitou que as discussões acerca da surdez fossem deslocadas do campo discursivo das deficiências para o sociocultural. No Brasil, o Núcleo de Pesquisas em Políticas Educacionais de Surdos (NUPES), do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é referenciado como pioneiro no desenvolvimento de pesquisas sobre surdez tendo como referência os Estudos Culturais (LOPES, 2017).

Atualmente, os discursos com base culturalista argumentam que surdez é um tópico a ser aludido dentro de abordagens culturais e epistemológicas, não da audiologia. Esses discursos problematizam os diversos dizeres e as inúmeras representações sobre os surdos, a surdez, e a educação desse povo. Dessa forma, pensam a surdez de outros modos que não pela perspectiva clínica (LOPES, 2017).

## MÉTODO

Empreendemos em identificar, nos espaços virtuais de compartilhamento de informação oficiais do governo brasileiro, menções ao acontecimento "Dia do surdo". Tomamos o ano de 2018 como recorte temporal, pois vivemos na era da globalização e informação, momento no qual os discursos rapidamente se modulam. Se encaixaram nesse critério: o site do Ministério do Desenvolvimento Humano<sup>5</sup> (MDH) e o site do senado Rádio Senado<sup>6</sup> (RS).

Em seguida, exploramos os espaços virtuais de compartilhamento de informação midiática que não estivessem vinculados nem ao campo acadêmico, nem ao campo educacional e que não fizessem uso de linguagem dita erudita, ou seja, espaços de acesso popular. O site G1<sup>7</sup> (globo.com) foi então escolhido por, além de satisfazer a esses critérios, possuir significativa popularidade e consequente alcance (é um dos portais de notícias mais acessados em nosso país), bem como, por ter publicado uma reportagem concernente ao dia do surdo.

Codificamos cada uma das manchetes conforme as siglas das instituições que as publicaram. Assim ficou:

### Quadro 1. CORPUS DE ANÁLISE.

Corpus de Análise	
Código atribuído:	Título da manchete problematizada:
MDH	Dia Nacional dos Surdos
RS	26 de setembro é o Dia Nacional dos Surdos

<sup>5</sup> <https://www.mdh.gov.br/>.

<sup>6</sup> <https://www12.senado.leg.br/radio>.

<sup>7</sup> <https://www.globo.com/>.

G1	No Dia do Surdo, estudantes aprendem libras para se comunicarem com colega de turma.
----	--

Fonte: dados da pesquisa.

Com o corpus validado, tratamos da articulação das palavras nas frases e orações, com especial atenção às formas como nelas está desenvolvida a representação da surdez e do sujeito surdo. Nos dedicamos, também, à análise dos títulos de cada manchete.

A primeira etapa consistiu no levantamento automatizado dos termos mais recorrentes nas manchetes. Enquanto a segunda se tratou da identificação e codificação automática, com auxílio de tecnologia digital projetada para suporte à análise qualitativa de dados, de todas as ocorrências do radical [surd].

A terceira etapa envolveu os processos de leitura flutuante e codificação manual de cada trecho das reportagens. Por fim, foi extraído um mapa visual das articulações textuais e realizada a leitura aprofundada de cada trecho para produzir uma análise crítica do discurso que estava disposto nessas manchetes.

## ANÁLISE DOS TÍTULOS

Iniciamos o processo analítico pela leitura crítica do título de cada manchete. A esse respeito, inferimos que no primeiro e no segundo título as manchetes apresentadas indicam o dia do surdo caracterizado como um evento local. Percebemos que, em ambos os títulos, não houve referência a quaisquer aspectos das especificidades culturais ou linguísticas do povo surdo. A celebração não é neles tratada como produto de ações sociais. Identificamos o emprego do modo de reificação por meio da naturalização e da eternalização, pois esse fenômeno social foi tratado como natural e, assim, destituído de seu caráter histórico, qual seja: as lutas da comunidade surda brasileira por seus direitos.

No título da terceira manchete notamos que a ênfase está no processo de inclusão do sujeito surdo, mas não no sujeito em surdo em si. A posição de realce coloca em evidência apenas os sujeitos ouvintes, aprendizes de Libras, que estão destacados como agentes ativos da ação, ou seja, das atividades desenvolvidas na data da referida comemoração. O sujeito surdo, que é nomeado como colega de turma, está colocado na posição de paciente (aquele que sofre a ação), isso destaca, novamente, o emprego da estratégia de reificação, mas, agora ocorrendo pela passivização, o que promoveu apagamento do sujeito surdo no discurso.

Outro modo a ser aqui caracterizado é a dissimulação, uma vez que ocorre eufemização do fato de que o surdo está vivenciando uma situação escolar na qual os demais estudantes não conhecem Libras, e tal situação está obscurecida. Outra observação importante é que o sujeito surdo foi mencionado apenas na nomenclatura da celebração “O dia do Surdo”, ou seja, o leitor não tem acesso aos detalhes da identidade desse sujeito, referenciado apenas como “colega de turma”.

Ao apenas relatar fatos de que esses sujeitos ouvintes ‘aprendem Libras para se comunicarem com colega de turma’ (G1) sem contextualizar essa prática, o jornal acaba dando pouca (ou nenhuma) relevância ao sujeito surdo nesse processo e nem a sua condição de vivenciar um ambiente

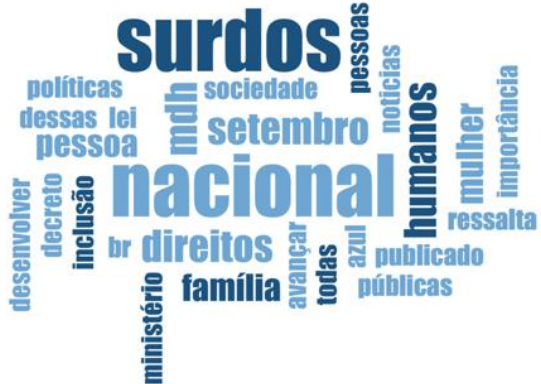
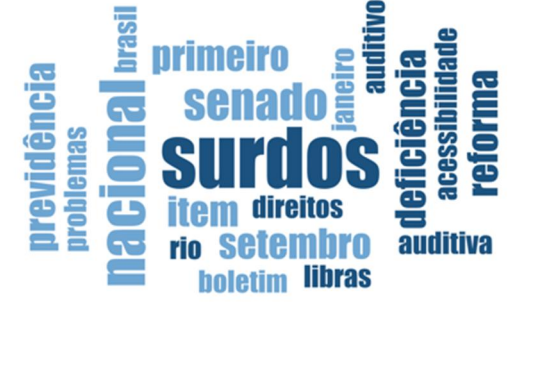




educacional linguisticamente esquivo. Nesse contexto, Van Dijk (2012) ressalta que essas diferenças sintático-semânticas do discurso combinadas podem ter implicações sociais ou políticas.

## ANÁLISE DOS TEXTOS

Pela imagem seguinte, apresentamos em formato de *Tag Cloud* (TC) o resultado do levantamento automatizado dos termos mais recorrentes em cada uma das manchetes, bem como, o resultado do levantamento automatizado dos termos mais recorrentes oriundos da união de todas as manchetes.

Quadro 2. TAG CLOUD

MDH	RS
	
G1	Todas as machetes (MDH+ RS+ G1)
	

Fonte: dados da pesquisa.

O tamanho de cada palavra indica sua frequência, admitida como *proxy* da relevância de dada temática na totalidade de cada texto ou do conjunto por eles formado (SURVEYGIZMO, 2012). Pelo conjunto de TC podemos observar que, no nível mais superficial de análise, três tópicos sobre surdez se destacam, quais sejam: educação, comunicação e legislação. Aferimos que o termo 'inclusão' os articula.

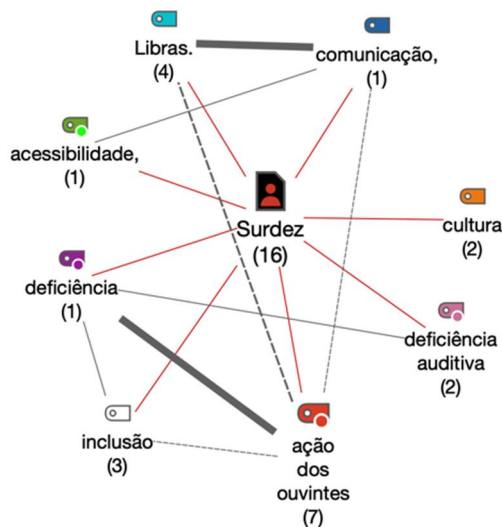
O termo 'surdo' ao aparecer em destaque nas TC pode dar a falsa impressão de centralidade do sujeito surdo nesses discursos, no entanto, quando confrontado com o resultado da análise crítica dos títulos das manchetes, podemos perceber, no conjunto de termos que compõe as TC, em

movimento o modo dissimulação das relações de poder que circundam o sujeito surdo na sociedade. Na dissimulação as relações de dominação são estabelecidas e perpetuadas pelo fato de serem ocultadas, obscurecidas ou negadas (FAIRCLOUGH, 2001).

A estratégia de dissimulação que opera veladamente nessas manchetes é o deslocamento. No deslocamento observamos que ocorre a apropriação de um termo que usualmente se refere a um objeto ou a uma pessoa específico sendo usado para se referir a um outro objeto ou a uma outra pessoa (THOMPSON, 2002). Com isso, queremos dizer que a recorrência do termo surdo dissimula o silenciamento a que este sujeito é discursivamente submetido nesses textos, pois ao mencionarem “surdo” eles não se referem ao sujeito ativo cultural e linguisticamente diferente.

Pela leitura flutuante, realizada após a identificação e codificação automática das ocorrências do radical [surd], foi possível constatar que a surdez é representada através do referente ouvinte/fonocêntrico. O mapa visual das articulações textuais (em forma de *cluster*) que apresentamos a seguir é resultado da codificação manual final de cada trecho das reportagens, se refere, portanto, ao conjunto que formou o *corpus*. As arestas mais grossas representam conexões mais fortes entre dois vértices; já as arestas vermelhas designam vértices diretamente conectados à aresta intitulada surdez.

Figura 1. **CLUSTER FORMADO PELA CODIFICAÇÃO MANUAL DOS TEXTOS**



Fonte: dados da pesquisa.

A conexão entre as arestas que designaram trechos relacionados à ação de ouvinte e a noção de deficiência é forte, isto é, são termos que estiveram textualmente próximos e interligados. O mesmo ocorreu entre as arestas que conectam Libras e comunicação.

Pela análise visual do *cluster*, podemos perceber as marcas textuais entranhadas nessas manchetes. É visível que o vértice 'ação dos ouvintes' é o que possui maior número de conexões (5) seguido pelo vértice deficiência (4). A noção de cultura é, evidentemente, pouco explorada; como o mapa visual indica, ela é uma aresta que possui poucas, portanto fracas, conexões.

A relação das palavras com os significados a elas atribuídos é de 'muitos-para-um' e não de 'um-para-um', ou seja, as palavras têm tipicamente vários significados que são 'lexicalizados' de

diferentes maneiras (FAIRCLOUGH, 2001). Focalizamos aqui os significados das palavras, e não a lexicalização de significados em si.

Para problematizar qualitativamente essas marcas textuais, apresentamos a seguir as sequências discursivas extraídas das três manchetes, com as formações discursivas de que estes discursos derivam circunscritas. Começamos pelos contextos de mobilização do termo surdez nas manchetes:

*Quadro 3. CONTEXTOS DE OCORRÊNCIAS DE SURD\**

G1	Atividade de inclusão da pessoa <b>surda</b> ocorreu em uma igreja de Macapá, nesta quarta-feira.
G1	O dia do <b>surdo</b> foi comemorado em Macapá, nesta quarta-feira
G1	O objetivo em trazer a turma do 5º ano para a oficina foi pra que os estudantes aprendam a linguagem de sinais e possam se comunicar com um colega de classe que tem <b>surdez</b> .
G1	O professor ainda lembrou das dificuldades enfrentadas diariamente pelos <b>surdos</b> .
G1	Até uma coisa muito mais elaborada, como dizer o que está doendo para um médico, se torna algo muito dificultoso para o <b>surdo</b> .
MDH	Uma das principais conquistas da pessoa com deficiência auditiva ao longo dos anos foi o reconhecimento nacional da LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), através da lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 e do Decreto nº 5.626/2005. Essa conquista pode ser celebrada nesta quarta-feira (26/9), Dia Nacional dos <b>Surdos</b> .
MDH	A escolha do 26 de setembro é uma homenagem à criação da primeira Escola de Surdos do Brasil, em 1857, na cidade do Rio de Janeiro, que atualmente é conhecida como INES (Instituto Nacional de Educação de <b>Surdos</b> ).
MDH	O mês de celebração do Dia dos <b>Surdos</b> é conhecido como “Setembro Azul”, em que se comemora também o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência e o Dia do Atleta Paralímpico.
RS	O Dia Nacional dos <b>Surdos</b> é celebrado em 26 de setembro, data em que foi criada a primeira escola de surdos no Brasil, no Rio de Janeiro, em 1857.
RS	Para incentivar a acessibilidade, o Senado analisa projetos que busca assegurar os direitos dos <b>surdos</b> .

Fonte: dados da pesquisa.

Como podemos observar, em nenhum trecho das manchetes que tratou do surdo e/ou da surdez esteve evidenciado olhar para o que os próprios surdos pensam ou dizem de si. Observamos que houve a preferência em coletar e apresentar conteúdo sobre o que os ouvintes tinham a dizer sobre os surdos. Com isso evidenciamos o pressuposto colonialista em ação por meio da reificação. O uso recorrente dessa estratégia, pela passivização, apaga o agente surdo, motivador real da celebração do dia do surdo, e pode ser vista como uma das formas pela qual a sociedade naturaliza a presença do sujeito surdo em seu meio, que sabemos ser derivada de muitas lutas.

Como o material coletado nas manchetes para produzir a representação de surdo/surdez é oriundo dos discursos de ouvintes, o efeito de sentido produzido nessas manchetes revela quem está (ou não) autorizado a narrar surdez. Ao sujeito legitimado a narrar é também atribuído o direito de representar. Como bem nos alerta Van Leeuwen (1997) as representações podem excluir e/ou incluir atores sociais conforme servir aos interesses e aos propósitos dos produtores dos textos em relação aos consumidores textuais a quem se dirigem. As motivações para escolher a voz passiva diferem; recordemos que em uma oração passiva o objeto é sujeito e o agente (agente da passiva) é omitido pelo fato de que esse é evidente em si mesmo, irrelevante ou desconhecido (FAIRCLOUGH, 2001).

Conforme percebemos, mesmo ao tratar dos problemas vivenciados socialmente por esses sujeitos, as manchetes não trazem à superfície textual o sujeito surdo como autor, pelo contrário, optam por excluí-los totalmente da enunciação, o colocando na posição de sujeito passivo do discurso. Assim, os textos reforçam o direito à fala dos sujeitos ouvintes sobre surdez. Quando analisamos quem ocupa a posição de agente e quem ocupa a posição de paciente, buscamos compreender os papéis que são aos atores sociais atribuídos para cumprirem funções específicas nas representações, logo:

não é necessário que haja congruência entre os papéis que os atores sociais desempenham, de facto, em práticas sociais e os papéis gramaticais que lhe são atribuídos nos textos. As representações podem redistribuir papéis e organizar as relações sociais entre os participantes. (VAN LEEUWEN, 1997, p. 186).

A forma como os papéis são distribuídos por meio do uso das estruturas gramaticais em textos de grande alcance compromete a difusão da narrativa cultural sobre vários temas, inclusive, nesse caso, sobre a surdez. Isso pode deturpar os discursos que o povo surdo profere sobre si e vem lutando há anos para legitimar.

#### Quadro 4. OS SUJEITOS LEGITIMADOS

G1	Miguel Lopes, de 10 anos, falou que ficou muito feliz em aprender a como conversar com o amiguinho.
	- O que mais gostei foi de aprender a conversar com meu colega. [fala do aluno ouvinte Miguel Lopes]

	<p>O professor de libras Fernando Fernandes, ressaltou a importância do evento para a inclusão do aluno no convívio social com os colegas de turma que ouvem normalmente.</p> <p>(...)</p> <p>- A gente percebe que ele tá muito feliz porque está vendo que os meninos estão se interessando por ele. (...) Ele não está sendo mais invisível para essas crianças. [fala do professor Fernando Fernandes]</p>
--	--

Fonte: dados da pesquisa.

As escolhas marcadas nas falas apresentadas nos três períodos são interessantes pelo que elas mostram não apenas sobre os pressupostos de comunicação, mas sobre as estratégias retóricas que apresentam. Como vimos, ao longo dos séculos os surdos têm sido suprimidos enquanto narradores de sua própria história. À história contada pela via do ouvinte chamou-se de metanarrativa. As falas trazidas pela manchete do site G1 para narrar a surdez reafirmam na atualidade a permanência da prática metanarrativa. Ficou evidente que não houve interesse em permitir que o estudante se manifestasse sobre seus sentimentos, que são representados, na manchete, pela percepção do professor (A gente percebe que ele tá muito feliz!). As relações de poder que permeiam a vivência desse sujeito, em uma escola majoritariamente frequentada por ouvintes, são ocultadas, com isso identificamos a dissimulação empregada.

Conforme elucida Lopes (2017) quando articulados e engajados, os surdos lutam por seus direitos de se verem e serem vistos como sujeito surdos, não como sujeitos com surdez. Ao não situar o sujeito surdo no lugar da diferença cultural, que esta comunidade reivindica, o discurso que baliza as manchetes é evidentemente colonialista, pois se pauta na reafirmação da incapacidade do surdo de decidir sobre si e, com isso, se coloca enquanto 'metanarrador' fonocêntrico. Tal análise corrobora com a tese defendida de que os discursos midiáticos virtuais nacionais sobre surdez ainda retêm marcas textuais da metanarrativa fonocêntrica.

Encontramos, também, nas marcas textuais formas que caracterizam o uso do modo legitimação:

#### Quadro 5. EXCERTOS OS SUJEITOS LEGITIMADOS

RS	Para incentivar a acessibilidade, o Senado analisa projetos que buscam assegurar os direitos dos <b>surdos</b> .
----	--

Fonte: dados da pesquisa.

A primeiro termo, se entendermos que esses sujeitos gozam de todos os direitos inerentes à pessoa humana, é possível refletir que assegurar os direitos específicos da pessoa surda não deveria ser necessariamente o alvo do Senado, e, sim, assegurar que esses sujeitos tenham conservados os direitos que toda pessoa humana possui e que lhes foram negados ao longo da história. Tais direitos

foram negados, inclusive, pelos próprios departamentos jurídicos, pois de acordo com Corbo (2018) o pensamento jurídico tem sido historicamente construído por e para um sujeito específico (masculino, branco, heterossexual, cisgênero, proprietário e cristão). A esse pensamento, o jurídico, poderíamos acrescentar a característica ouvinte. O que percebemos é a inversão do fato negativo, de que os surdos tiveram seus direitos negados, para um fato positivo, que é a análise de projetos para assegurar tais direitos.

Percebemos também que tal texto não apresenta quem são os autores/militantes desses projetos que buscam resguardar aos sujeitos surdos os direitos básicos de toda pessoa humana. Conforme Lopes e Veiga Neto (2017) a luta é condição da existência surda. Trata-se de uma conquista árdua angariada ao longo da história. No texto em questão os projetos de lei são retratados como acontecimentos quase naturais, de tal modo seu caráter social e histórico é eclipsado. Está, então, evidenciada a ideologia *como reificação*, que envolve, pois, a eliminação, ou o ofuscamento do caráter sócio-histórico dos fenômenos (THOMPSON, 1995).

Logo, se pode interpretar que, nesse contexto discursivo, as relações de dominação estão representadas como legítimas, também por meio da estratégia de *racionalização*, que, como já apresentamos, produz formas simbólicas construtoras de cadeias de raciocínio para defender ou justificar um conjunto de relações ou de instituições sociais desiguais.

No desenvolvimento da manchete, os projetos supracitados são brevemente apresentados:

#### Quadro 6. EXCERTOS A

RS	(...) Um deles obriga os hospitais a oferecer intérpretes de Libras (PLS 52/2016).  (...) Outro (PLC 104/2015), estabelece que os alunos do ensino fundamental devem fazer exames para identificar problemas auditivos e oftalmológicos.
----	--

Fonte: dados da pesquisa.

Aqui a estratégia de *racionalização* implícita fica ainda mais caracterizada se refletirmos pelo próprio viés jurídico. Para melhor fundamentar essa assertiva, retiramos um trecho do decreto 5626 de 2005, que dispõe sobre a garantia do direito das pessoas surdas ou com deficiência auditiva de acesso à saúde, que cita:

Art. 25. A partir de um ano da publicação deste Decreto, o Sistema Único de Saúde - SUS e as empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, na perspectiva da inclusão plena das pessoas surdas ou com deficiência auditiva em todas as esferas da vida social, devem garantir, prioritariamente aos alunos matriculados nas redes de ensino da educação básica, a atenção integral à sua saúde, nos diversos níveis de complexidade e especialidades médicas, efetivando:  
(...)

III - realização de diagnóstico, atendimento precoce e do encaminhamento para a área de educação;

IV - seleção, adaptação e fornecimento de prótese auditiva ou aparelho de amplificação sonora, quando indicado;

V - acompanhamento médico e fonoaudiológico e terapia fonoaudiológica;

IX - atendimento às pessoas surdas ou com deficiência auditiva na rede de serviços do SUS e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, por profissionais capacitados para o uso de Libras ou para sua tradução e interpretação; e  
X - apoio à capacitação e formação de profissionais da rede de serviços do SUS para o uso de Libras e sua tradução e interpretação. (BRASIL, 2005).

Novamente, podemos afirmar que o discurso da manchete ameniza, ou ignora, o descaso e a ilegalidade dos hospitais e do próprio governo em relação aos sujeitos surdos e seus direitos já garantidos em lei. A forma como a manchete expõe papéis, por meio do uso de estruturas gramaticais específicas, compromete a difusão da verdade. O modo como tais informações são dispostas e consumidas pelo público em geral produz representações distorcidas das lutas e conquistas do povo surdo. Além de que, coloca o Senado em destaque e na posição ativa no que se refere aos direitos dessa população.

Nessa esteira, das representações distorcidas, observamos quais terminologias foram empregadas para designar o sujeito surdo. Na fala do professor, trazida pelo G1, percebemos que houve menção (por parte do professor) do termo surdo para designar o aluno surdo, mas aferimos a escolha pela terminologia "deficiência auditiva" e, até mesmo, "que tem surdez" na produção textual do conteúdo das manchetes.

A seguir, expomos algumas marcas encontradas no *corpus* que explicitam de que forma o sentido de surdez como deficiência foi construído no decorrer das manchetes que exploramos:

#### Quadro 7. EXCERTOS B

G1	(...) pra que os estudantes aprendam a linguagem de sinais e possam se comunicar com um colega de classe que tem <b>surdez</b> .
MDH	Uma das principais conquistas da pessoa com <b>deficiência auditiva</b> ao longo dos anos foi o reconhecimento nacional da LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), através da lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 e do Decreto nº 5.626/2005
RS	Cerca de 10 milhões de brasileiros possuem alguma <b>deficiência auditiva</b> .

Fonte: dados da pesquisa.

Atualmente, pela perspectiva culturalista, defendida pela comunidade surda, propõe-se deslocar o entendimento de surdez como deficiência para, partindo da diferença linguística e cultural surda, abordar "como conjunto de práticas possibilitadas por redes de relações em que a experiência se constitui como atmosfera de seu tempo" (LOPES; MORGENSTERN, 2014, p. 186). Dentre os dois grandes paradigmas, o clínico e o cultural, que parecem direcionar a teorização, a pesquisa e a prática social em relação aos indivíduos surdos, no contexto dessa amostragem, o clínico parece dominar.

Esses paradigmas emanam de diferentes epistemologias para entender e explicar surdez (MOORES, 1987).

Os sentidos construídos sobre a surdez pela perspectiva da deficiência, na sociedade em geral, são construídos sobre a lógica da incapacidade, ou seja, o surdo é referido (e representado) pelo foco da falta e da necessidade de assistência (PERLIN; STROBEL, 2014). Como já referimos, a efetivação e propagação desses discursos tem impacto direto na vida e na educação dos sujeitos surdos.

Pelos segmentos a seguir, demonstramos como a lógica da incapacidade circunscreve as formações discursivas de que derivam os discursos que tratam surdez primordialmente como deficiência:

#### Quadro 8. EXCERTOS C

G1	<p>O professor de libras Fernando Fernandes, ressaltou a importância do evento para a inclusão do aluno no convívio social com os colegas de turma que <b>ouvem normalmente</b>.</p> <p>(...)</p> <p>A grande importância desse evento é a comunicação, que esse <b>nosso aluno</b>, por ventura, <b>não tem</b> com os colegas. [falas do professor]</p> <p>(...)</p> <p>A <b>gente percebe</b> que ele tá muito feliz porque está vendo que os meninos estão se interessando por ele. (...) <b>Ele não está sendo mais invisível para essas crianças</b>. [falas do professor]</p>
----	--

Fonte: dados da pesquisa.

Percebemos que a audição é tomada como termo basilar para abordar o tema comunicação. Identificamos isso, pois, como podemos ver no segmento supracitado, ao referir os colegas ouvintes de turma, na referida manchete, é acionada a noção de normalidade (ouvem normalmente). Importa problematizar esses aspectos, pois, conforme já apontado, os discursos que enunciavam a necessidade de adequar os surdos ao paradigma social imposto como normal e que, para tanto, pregavam a urgência de normalizar e padronizar tais pessoas, impactaram negativamente na forma como os surdos eram percebidos na e pela sociedade e na perspectiva pedagógica implementada na proposta educacional voltada a esse público.

A segunda oração do segmento supracitado deixa claro que em relação à comunicação o surdo é percebido como quem falha. Um aspecto evidente é a mudança discursiva; o lugar de quem ocupa a posição de agente e quem ocupa a de paciente é invertida. O papel que é atribuído ao surdo nessa parte do texto, que o coloca como agente ativo da não-comunicação com os colegas, indica o



funcionamento das representações de surdez como deficiência, isso fica claro na redistribuição dos papéis e na organização das relações sociais entre os participantes do discurso.

Logo, entendemos que essa inversão na atribuição dos sujeitos cumpre funções específicas nas representações sociais de surdez. Os componentes da terceira frase desse segmento demonstram, novamente, a negação aos surdos do direito de narrar-se, que apontamos ao identificarmos a forma como os papéis foram distribuídos pelo uso das estruturas textuais. Aqui verificamos que as emoções do estudante surdo relatadas são as que foram percebidas pelos ouvintes.

A afirmação de que o estudante não está mais sendo invisível para as crianças pode ser problematizada por vários aspectos. Pode-se considerar a natureza da prática social que determina os macro processos da prática discursiva e que moldam o texto. Em outras palavras, o discurso “não está mais sendo invisível” só é possível diante de uma invisibilidade anteriormente estabelecida que, pelas marcas identificadas no decorrer dos textos denotando o apagamento do sujeito surdo, não parece ter sido superada, visto que o lugar de fala sobre surdez dos discursos selecionados continua sendo o do sujeito ouvinte. Apontamos também a ocorrência da estratégia de legitimação, na qual as relações de dominação são representadas como justas e dignas, uma vez que à condição de invisibilidade do estudante não foi dada a devida atenção.

Trazemos a questão do lugar de fala, não para exigir a imediata deslegitimação desses discursos, mas, sim, para que possamos reconhecer que eles são construídos a partir de realidades próprias dos grupos sociais que os enunciam, ou seja, dos ouvintes. Embora todos os sujeitos tenham um lugar de fala, isso não significa que todos possuam o mesmo acesso aos espaços discursivos. Como vemos nas manchetes, o sujeito surdo aqui está desprivilegiado do direito de narrar-se. Refletir sobre o lugar de fala dos sujeitos historicamente excluídos importa para dar voz a quem nunca falou ou ocupou espaços em que a fala é efetivamente ouvida (RIBEIRO, 2017).

Ressaltamos, ainda, que embora falem da inclusão do surdo, nenhum dos textos buscou aprofundar ou oferecer uma clarificação, mesmo que superficial, de quais sentidos estão implicados na ideia de inclusão. Nesse sentido, lembramos que o discurso neoliberal coloca a inclusão como uma condição quase que existencial para todas as ordens da vida, para, assim, a constituir como uma estratégia de controle dos excluídos, uma forma de disciplinamento da alteridade (SKLIAR, 2008).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a análise das três manchetes selecionadas, ao problematizarmos as marcas textuais da metanarrativa fonocêntrica, observamos que o contexto estrutural discursivo sobre surdez é monofônico e centrado nas falas dos sujeitos ouvintes. As formações discursivas de que esses discursos derivam são sumariamente de cunho fonocêntrico; com isso, é possível sustentar que as marcas textuais da metanarrativa fonocêntrica não são só manifestas, mas também ostensivas.

Complementamos que o potencial de difusão e perpetuação dos sentidos colonialmente construídos sobre surdez se aportam na seleção dos relatores promovidos nas manchetes. Tal fato pode conduzir à invisibilidade dos lugares sociais em que transitam os surdos. Essa afirmativa está sustentada na interpretação dos achados.

Ao circunscrever as formações discursivas de que esses discursos derivam, observamos claramente os sentidos colonialmente construídos sobre surdez. A palavra "surdo" compõe o título das três manchetes, mas, ainda assim, é possível perceber que o sujeito surdo é posto em segundo plano. Em nenhum dos títulos das manchetes a posição sujeito do surdo está sobressaltada ou há menção aos grandes atos, conquistas, e história cultural surda. Portanto, aqui está indiciado o primeiro ponto de sustentação da tese.

A perspectiva a partir da qual se produz o discurso sobre surdez, nessa amostragem, é a do ouvinte. Se os títulos das manchetes não denotam nenhum protagonismo surdo, o conteúdo das manchetes o faz ainda menos, nele o surdo é posto em condição daquele que sofre a ação (de inclusão, de aprovação de direitos) e não de agente (que exerce a ação, que luta por seus direitos e/ou inclusão nos espaços sociais). Se o pensamento jurídico tem sido historicamente construído por e para um sujeito específico (masculino, branco, heterossexual, cisgênero, proprietário e cristão), com base nos achados, talvez possamos adicionar a esse perfil o adjetivo "ouvinte" e refletir a respeito de como e para quem o pensamento social tem sido também construído.

Dessa forma, reconhecer as formações discursivas que circunscrevem esses discursos nos possibilita empreender e subverter às determinações sociais para impulsionar discursos sócio historicamente emudecidos pela difusão das meias verdades. Confiamos que nos libertaremos das meias verdades no cotidiano concreto, mas que não será um acontecimento instantâneo, e que, assim como a liberdade na teorização *foucaultiana*, só será atingida nas micro revoltas diárias, nas pequenas porções de realidade que podemos abstrair para pensar e criticar o nosso mundo, como nos elucidava Veiga Neto (2005).

Nessa esteira, colocamos 'micromudanças' como agenda. Partimos do pressuposto de que a potência da revolução maior não está nos enunciados que trazemos nessa análise, no nosso discurso em si, mas, sim, nos significados que essa pesquisa reafirma e fortalece. Isto é, ao pensarmos na grande teia dos discursos atuais, é nas arestas que pretendemos fortalecer que reside nossa potência de inversão e revolta aos vértices discursivos que têm realçado a face turva da realidade que nos é apresentada pela mídia.

Reconhecemos que a singularidade do presente estudo está no acontecimento que atravessa nossa existência, qual seja, o fluxo imenso e intenso de dados. No atual momento histórico, de transformação e adaptação dos meios e formas de transmissão/compartilhamento de informações, a sociedade brasileira parece preambular uma fase de aquisição de habilidades para análise do conteúdo que lhes é disposto. No entanto, o impacto do, já apresentado, fenômeno *fake news* mostra que a nossa sociedade, no cômputo geral, ainda não dispõe de competências maturadas para qualificar plenamente o conteúdo que acessa.

Atualmente, a possibilidade de condução do pensamento coletivo dos canais de difusão de notícias, principalmente os de grande alcance, está dilata. Consideramos, por razões explícitas, que os meios oficiais, produzidos e mantidos pelo Estado, logram de confiança implícita. Com isso, reconhecemos que esses meios de comunicação participam da construção do conhecimento socialmente aceito, pela forma como produzem e expõem conteúdos; por conseguinte, reputamos que

tais meios desfrutam de posição social estratégica na construção das habilidades coletivas de apreciação lúcida e crítica do turbilhão de informações que é disposto frequentemente à sociedade.

Com base nessa argumentação, defendemos vigorosamente que a responsabilidade de tais canais com a sociedade está extraordinariamente ampliada para além da mera transmissão de dados. Robustecemos que as fragilidades e inconsistências que evidenciamos, no que se refere aos surdos, nas manchetes estudadas constataam o déficit na acuidade discursiva com o tratamento do conteúdo e da forma, e, por consequência, denotam descuido com a condução do pensamento coletivo. Em suma, ao descortinarmos a displicência com a responsabilidade social, que merece ser um preceito elementar desses meios, fortificamos a reivindicação de qualidade da informação produzida e oferecida pelos canais informativos, precipuamente, os produzidos e mantidos pelo Estado.

Aceitamos que há um grande número de reportagens que não são manipuladoras e que, algumas vezes, a construção de um texto de forma manipuladora pode ser fruto de um erro involuntário, conforma alerta Abramo (2003). Nesse sentido, reafirmamos o compromisso que temos com a transformação da sociedade, como pesquisadores, professores e cidadãos, e esboçamos uma proposta para deslindar a problemática que apontamos. Tal propositura está alicerçada no estabelecimento e/ou fortalecimento das várias arestas que conectam mídia, comunidade e campo acadêmico.

Com ênfase no que se refere aos movimentos sociais políticos e culturais, recomendamos que, para qualificação da informação oferecida ao grande público, as produções de conteúdos midiáticos perpassem paralelamente por assessoramentos com as comunidades envolvidas, principalmente com os sujeitos que representam o alvo das temáticas das manchetes, e com a comunidade acadêmica interessada e reconhecida pelo envolvimento com a problematização de saberes nas áreas que se conectam ao conteúdo que será produzido e publicado.

A busca pelos vértices para compor os discursos das manchetes merece ser multidimensional. Em síntese, é preciso reconhecer o teor ideológico dos discursos, tendo isso em mente, ressaltamos a importância de haver um atravessamento entre enunciados de cunho social, acadêmico, filosófico, histórico, político etc, para que os dizeres a serem difundidos possam ser pensados de forma crítica em seus processos histórico-sociais de constituição.

## REFERÊNCIAS

1. BOTELHO, P. **Linguagem e letramento na educação dos surdos – Ideologias e práticas pedagógicas**. 4ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
2. BOURDIEU, P. **Homo Academicus**. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2017.

3. BRASIL. MEC. **Decreto n. 5.626** - Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004\\_2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004_2006/2005/decreto/d5626.htm) Acesso em: 12 abr. 2019.
4. BRASIL. 2002, **Lei no 10.436**, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras. Diário Oficial da União, Brasília, 25 abr. 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm). Acesso em: 12 abr. 2019.
5. CASTILHO, C. Apertem os cintos: estamos entrando na era da pósverdade. **Observatório da Imprensa**. São Paulo, ed. 921, 28 set. 2016.
6. CORBO, W. A. Resenha: O que é lugar de fala? e por que ele importa para o Direito? **Revista Publicum**, Rio de Janeiro, v.4. n.1, 2018, p.248-251.
7. DE SORDI, R. L.; MAGALHÃES, M.M.T.; SAMPAIO, S.L.F. Saber e o poder da escola a serviço da cidadania. **Rev.Bras. Enfermagem.**, [s. l.], v. 49, n. 3, p. 391–398, 1996. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v49n3/v49n3a07.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2018.
8. DELMAZO, C; VALENTE, J. Fake news nas redes sociais online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques. **Media e Jornalismo**, v. 18, n. 32, 2018, pp. 155-169.
9. FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
10. GUIMARÃES, C.P. Análise Crítica do Discurso: Reflexões sobre Contexto em van Dijk e Fairclough. **Eutomia**: Pernambuco, v. 1, n. 09 (2012). <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/EUTOMIA/article/view/959>> Acesso em: 08 maio 2020.
11. KUSTER, A.; DE MEULDER, M.; O'BRIEN, D.; **Innovations in deaf studies: the role of deaf scholars**. Oxford: Oxford University Press, 2017.
12. KUSTERS, A. When transport becomes a destination: deaf spaces and networks on the Mumbai suburban trains. **Journal of Cultural Geography**, [s. l.], v. 34, n. 2, p. 170–193, 2017. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/08873631.2017.1305525>> Acesso em: 08 maio 2020.
13. LANE, H. Do Deaf people have a disability? **Sign Language**, v. 2, n. 4, p. 356-379, 2002. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/26204820?seq=1>> Acesso em: 08 maio 2020.

14. LOPES, M.C. Professores Interlocutores e Educação de Surdos: a Inclusão na Rede Estadual Paulista. **Revista Brasileira de Educação Especial**, [s. l.], 2017.
15. LOPES, M. C.; MORGENSTERN, Juliane Marschall. Inclusão como matriz de experiência. **Proposições**. Mai./ago. 2014 v. 25, n. 2 (74). p. 177-193.
16. LOPES, M. C., & VEIGA NETO, A. (2017). Acima de tudo, que a escola nos ensine. Em defesa da escola de surdos. **ETD - Educação Temática Digital**, 19 (4), 691-704. Disponível em: <<https://doi.org/10.20396/etd.v19i4.8648637>>. Acesso em: 08 maio 2020.
17. MOORES, D. **Educating the deafs: psychology, principles and practices**. Boston: Houghton Mifflin Company. 1987.
18. PERLIN, G.; STROBEL, K. História cultural dos surdos: desafio contemporâneo. **Educar em Revista [online]**, [s. l.], n. spe-2, p. 17-31, 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602014000600003&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602014000600003&lng=pt&tlng=pt)> Acesso em: 08 maio 2020.
19. PÓS – VERDADE. Oxford Dictionary. Disponível em: <<https://www.lexico.com/en>>. Acesso em: 08 maio 2020.
20. RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 112 páginas, 2017. (Coleção: Feminismos Plurais).
21. SKLIAR, C. ¿Incluir las diferencias? Sobre un problema mal planteado y una realidad insoportable. **Orientación y Sociedad**, [s. l.], 2008.
22. SURVEYGIZMO. **Using Word Clouds To Present Your Qualitative Data**. 2012. Acessível em <https://www.surveygizmo.com/survey-blog/what-you-need-to-know-when-using-word-clouds-to-present-your-qualitative-data>. Acesso em: 08 maio 2020.
23. THOMPSON, J. B. **Ideologia e Cultura Moderna: Teoria Social na era dos meios de comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Vozes Editora, 1995.
24. \_\_\_\_\_. **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2002.
25. TRUFFAUT, B. Etienne de Fay and the history of the Deaf. *In*: FISCHER, R.; LANE, H. **Looking back: a reader on the history of the Deaf Communities and their Sign Language**. 1.ed. Washington: Gallaudet University Press, 1993. p.13- 24. Disponível em: <<https://archive.org/details/lookingbackreade00fisc>> Acesso em: 08 maio 2020.

26. VAN DIJK, T. A. **Discurso e contexto**. Tradução Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012.
27. \_\_\_\_\_. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2015.
28. VAN LEEUWEN, T. A representação dos actores sociais. In: PEDRO, E. R. (Org.). **Análise Crítica do Discurso**. Lisboa: Caminho, 1997. p. 169-222.
29. VEIGA-NETO, A. **Foucault e a Educação**. Belo Horizonte. Autêntica.2005.

### **Indiamaris Pereira**

Professora bilíngue, fluente em LIBRAS, do Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC Curso atuando nos cursos :Superior de Pedagogia Bilíngue, Curso Técnico Subsequente em Tradução e Especialização em Educação Profissional e Tecnológica -EPT- ; Ministra as interdisciplinas "Processos Históricos, Políticos e Culturais da Educação de Surdos" , "Fundamentos da Alfabetização e Letramento", "Práticas de Tradução", "Prática Docente na EPT".

### **Paulo Roberto Sehnem**

Possui graduação em Pedagogia pela Associação Catarinense de Ensino (1998), mestrado em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí (2006) e doutorado em Educação também pela UNIVALI (2015), com estágio sanduíche na Universidade de Salamanca, Espanha. É professor e palestrante na área de gestão educacional e empresarial e práticas e métodos de ensino. Atua como professor de pós-graduação no IPGEX - Instituto de Pós-graduação e Extensão, é Diretor Executivo da LUPA Assessoria e Treinamento e Presidente da APEEJ - Associação de Pesquisa e Extensão em Educação de Joinville.

### **George Saliba Manske**

Possuo graduação em Licenciatura em Educação Física (2001) e especialização em Pedagogias do Corpo e da Saúde (2003) pela Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ESEF-UFRGS), e mestrado (2006) e doutorado (2014) em Educação na linha de pesquisa Estudos Culturais em Educação pelo Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da mesma instituição (FACED-PPGEDU-UFRGS). Atualmente sou professor dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Saúde e Gestão do Trabalho e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação pela mesma Universidade (UNIVALI). Tenho experiência

nas áreas da Educação, da Educação Física e da Saúde Coletiva, atuando principalmente nos seguintes temas: corpos, culturas, biopolíticas, pedagogias culturais.

**Como citar este documento:**

PEREIRA, Indiamaris; SEHNEM, Paulo Roberto; MANSKE, George Saliba. Enunciados sobre surdez em portais virtuais informativos brasileiros. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 28, n. 2, jun. 2020. ISSN 1982-9949. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/14040>>. Acesso em: \_\_\_\_\_. doi:<https://doi.org/10.17058/rea.v28i2.14040>.